

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA CASTRO

**POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
NO PERÍODO DE 1930 A 1937.**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FFP/2001

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA CASTRO

**POLÍTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
NO PERÍODO DE 1930 A 1937.**

Monografia apresentada como
requisito parcial do curso de
Licenciatura em História da
Faculdade de Formação de
Professores da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik

São Gonçalo/2001

A memória do meu avô Lúcio, que
tão bem sabia contar os momentos
vividos no período revolucionário
de 30.

A Jorge Marins, meu noivo, pela
compreensão, companheirismo e
incentivo nos momentos difíceis.

“Toda a História é bem contemporânea, na medida que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável como legítimo. Pois que história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente.”

Jacques Le Goff

RESUMO

A pesquisa procura realizar uma análise política do município gonçalense, fazendo assim, um estudo da História Local articulando-a com a História do Brasil. São realizadas considerações sobre as transformações que compreendem o período de 1930 a 1937, primeiramente refletindo sobre a conformação política-econômica e social dos movimentos ocorridos nos anos 20 e como estes foram importantes para a Revolução de 30. Após contextualizar o cenário brasileiro a pesquisa procura estabelecer como foi a política interventora do governo Vargas e como se articulavam os interesses do governo central aos estados e municípios, enfatizando como esta medida procurava manter um maior controle e unidade política de acordo com os planos do mesmo governo federal. Neste tal período, o trabalho monográfico, traça como foi planejada a política dos interventores municipais enfatizando como eram escolhidos, o tempo que permaneciam no poder e suas propostas para o município. Utilizando como fonte de pesquisa atas de reuniões dos prefeitos interventores e artigos dos jornais A Gazeta e O São Gonçalo, percebendo assim, as relações políticas através dos diversos discursos produzidos no espaço da cidade de São Gonçalo.

ÍNDICE

Agradecimentos _____	7
Introdução _____	8
Capítulo I – A Revolução de 1930 _____	11
Capítulo II – O Panorama político de São Gonçalo (1930/1937) _____	20
Capítulo III – A política no período dos interventores municipais _____	27
Conclusão _____	45
Fontes _____	47
Bibliografia _____	48

AGRADECIMENTOS

Ao professor Luís Reznik pela orientação e sugestões a este trabalho.

A colega de faculdade Marilda, pelos momentos de reflexão, troca de idéias e informações a respeito do tema estudado.

A amiga de todas as horas Celina, que sempre está pronta a me socorrer nos momentos de sufoco.

A minha mãe Anailda, pelo incentivo e carinho que sempre me cercou e meu pai, Wanderlino, pelos valiosos momentos de discussão política e histórias a respeito do município, que fizeram despertar em mim o gosto por esta questão de estudo.

A meu sogro, Walney , pelas histórias que cercam sua vida em São Gonçalo e que também, em muito contribuíram para minha formação e ância de estudar mais a fundo o passado político gonçalense.

A força maior que rege todo o universo, que se encontra tão próxima a mim, iluminando-me e dando-me ensejos de felicidade.

INTRODUÇÃO

Elaborar um trabalho que possa de alguma forma contribuir para a construção da história política do município de São Gonçalo, é um dos objetivos que nos fez pensar em tal questão de estudo.

Praticamente inexistente estudo de caso acerca da questão. A proposta é desenvolver o entrelaçamento de fontes que torne possível caracterizar a história política acerca da cidade de São Gonçalo, no período de 1930 a 1937.

Tal contextualização, torna-se necessária, a partir do momento, que também pretendemos fazer uma ponte entre a história local e a história do Brasil.

O corte temporal 1930/1937 se faz pela importância histórica do período – momento de profundas transformações econômicas, políticas e sociais na sociedade brasileira.

As fontes primárias utilizadas encontram-se na Prefeitura Municipal de São Gonçalo – Arquivo do Patrimônio (atas de reuniões dos prefeitos interventores), jornal “O SÃO GONÇALO” (artigos de jornais dos períodos estudados, que tratam dos trabalhos desenvolvidos pelos prefeitos interventores. A maior parte da pesquisa realizada foi feita no jornal, uma vez que poucas são as referências e fontes deste período) e no jornal A GAZETA (pouco registro possui o referido jornal).

Vale ressaltar a riqueza do acervo pesquisado no município (artigos dos jornais e livros da prefeitura), assim como, nossa indignação a respeito da manutenção e controle sobre os mesmos, uma vez que os registros deixados dizem respeito à história de um povo e fazem parte do patrimônio cultural e histórico, por este motivo, não deveriam tolher o acesso aos mesmos. A continuar tendo a tenção e cuidados da forma que presenciamos, estes não terão muito tempo de vida.

A documentação citada acima, somada a bibliografia referente ao período em estudo, será utilizada num esforço de entendimento da atuação dos prefeitos interventores.

Trata-se de caracterizar as ações destes membros políticos ligados ao governo que dirigia a capital do país, num esforço de manter as ideologias e os favorecimentos políticos que já existiam, bem como, outros que surgiram a partir da Revolução.

Enfim, não temos a pretensão de discutir se as ações tomadas eram certas ou erradas, nossa pretensão é fazer aparecer uma contribuição, mínima que seja, à historiografia existente sobre a cidade de São Gonçalo.

CAPÍTULO I: A REVOLUÇÃO DE 1930

Antes de iniciar nosso tema, não poderíamos deixar de abordar o movimento que repercutiu em toda sociedade brasileira, modificando os alicerces políticos do país.

O movimento do qual nos referimos trata-se da Revolução de 1930.

No entanto, vale ressaltar que os acontecimentos ocorridos na sociedade brasileira após a Proclamação da República, com maior efervescência ao longo dos anos 20, foram a nosso entender, o estopim para que ocorresse tal Revolução.

Deixemos claro, antes de apresentar tais fatos, que a Revolução em questão, não teve o objetivo de transformar estruturalmente a sociedade brasileira (propor uma nova divisão de classes ou um novo modelo político-econômico). O objetivo de tal empreitada era por abaixo um modelo oligárquico regionalista, que controlava administrativamente o Brasil.

Se a República nasceu com ideal da ordem e do progresso, ante monárquico, na década de 1920, vários atores sociais voltam a questionar esta República a luz do império, tentando resgatar o ideal centralizador do poder, espelhando-se no que havia antes.

Como bem cita Caio Prado Júnior:

“De um Império unitário a uma República Federativa amplamente descentralizada, o Brasil, a partir de 1889, transformava-se num país onde as províncias, desde então Estados, conquistavam grande autonomia administrativa, econômica e política.”¹

A “República Oligárquica ou República Velha”, tinha como características principais uma política nacional controlada pelos proprietários de terras (coronéis/

¹ Caio Prado Junior. **História Econômica do Brasil**. 41ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

latifundiários), assim como, uma economia estruturada na comercialização e produção agrícola de exportação, tendo como produto principal o café.

Os partidos políticos eram elitistas e estaduais, sendo o sistema eleitoral, organizado para poucos, com sufrágio universal (voto de cabresto).

Uma das denominações atribuídas a “República oligárquica” é chamada de República do Café com leite.

Esta denominação foi atribuída, na tentativa de demonstrar o poder exercido pelos estados de Minas Gerais e São Paulo, que se revezavam no governo do país, através de seus representantes políticos.

São Paulo era controlado basicamente pela oligarquia cafeeira e Minas pela oligarquia pecuarista, produtora de gado leiteiro.

Toda a produção deste período, era voltada a atender o mercado externo. Com isto, foi criado um imposto de exportação, que era destinado a um caixa de governos estaduais, criando um fortalecimento econômico para os estados com maior produtividade.

Outra questão importante, diz respeito ao pensamento social, isto é, a questão racial.

Após a libertação dos escravos e com a República, a nação brasileira passa a ser considerada de todos: índios, mulatos, negros, brancos, etc... (pelo menos teoricamente, com os ideais republicanos), gerando grandes discussões em torno deste assunto, principalmente entre intelectuais da época.²

O que nos interessa demonstrar com o panorama apresentado sobre a República oligárquica, são as causas que levaram a uma série de insatisfações sociais e projetos que objetivavam a reformulação da sociedade brasileira, o qual foi denominada por alguns teóricos crise dos anos 20.

O modelo político da República oligárquica visava atender pequenos grupos (necessidades regionais), não atendia e não estava organizado para as necessidades do país, assim como, não havia um “espírito de nacionalidade”, isto é, uma identidade nacional, voltada para interesses comuns da nação.

² Sabemos que tal assunto merece mais aprofundamento, no entanto, aproveitamos o momento para citá-lo como referência às características do período.

“Assim como Pernambuco e Bahia, o estado do Rio havia ocupado uma posição-chave na sustentação do Estado Imperial, mas com a proclamação da República e o agravamento da crise econômica, fora relegado a um papel secundário. No federalismo implantado com a Constituição de 1891, os três estados ocupam, portanto, posições equivalentes, tendo sua autonomia no campo político grandemente limitado e seus interesses econômico-financeiros subordinados aos estados dominantes, Minas e São Paulo. O Rio Grande do Sul, por seu lado, embora desfrutasse de uma posição privilegiada, ressentia-se igualmente da dominação mineiro-paulista, tendo inúmeras vezes seus interesses prejudicados. A insatisfação dos estados de segunda grandeza diante de tal desequilíbrio criou condições para o surgimento de iniciativas de resistência à dominação oficial. A meta das facções dominantes desses estados era uma maior participação no sistema federalista, o que implicava uma melhor repartição do poder entre os diferentes grupos regionais.”³

Na década de 20, a insatisfação chega ao seu auge devido a crises econômicas, grupos sociais e indivíduos (intelectuais), insatisfeitos com a República oligárquica, se reúnem para propor uma nova organização social e política.

Esta organização não visava transformações no sentido de uma mudança estrutural na sociedade, como citamos anteriormente, a intenção era tornar a sociedade administrativamente mais ordeira, centralizando as políticas públicas, deixando que as ações não fossem direcionadas de acordo com questões regionais.

Vários atores político-sociais dos anos 20, se empenharam na construção de projetos para a Nação.

Estes projetos concomitantes ao agravamento da situação econômica do país (com a crise econômica mundial, agravada em 1929 com a quebra da bolsa de Nova York) contribuíram para que acontecesse a Revolução de 1930.

Vários fóruns sociais, políticos, culturais, educacionais, religiosos, apresentaram projetos visando a re-organização da sociedade e do Estado brasileiro.

No campo educacional, a proposta Escolanovista ou Escola Nova, organizada por um grupo de estudiosos, propunha uma educação integral para o indivíduo, no sentido de fornecer conhecimentos morais, higiênicos e econômicos. O objetivo era fornecer maior

³ Marieta de Moraes Ferreira. **Em busca da idade do ouro:** As elites políticas fluminenses na primeira república (1889-1930). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

conhecimento aos indivíduos a fim de que compreendessem e aceitassem as transformações sociais propostas.

Segundo Luckesi⁴, a Escola Nova estaria inserida nas pedagogias denominadas liberais, isto é, aquelas que propõem uma reformulação na metodologia pedagógica, mas sem alterar o sistema social existente (sistema capitalista).

Tais diretrizes educacionais, foram traçadas basicamente pela Associação Brasileira de educação (1924) – ABAE, formada por médicos e engenheiros, que tinham como preocupação maior à escolaridade no Brasil.

A questão da saúde também foi um ponto de grande destaque discutido na década de 20.

O programa da Liga Pró-Saneamento do Brasil, estava voltado para questões da saúde pública e tinham o objetivo de controlar as endemias existentes no país.

Propunham a organização e centralização das questões de saúde a nível federal.

Em 1919 foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública.

A questão higienista estava vinculada a questão da educação, pois acreditavam que através da educação se daria maior conhecimento ao indivíduo no que diz respeito à higiene e assim, aconteceria uma mudança de atitudes e da “qualidade de vida”.

“Estamos convencidos de poder a União intervir livremente nos estados em questões de higiene, indissolúvelmente ligadas a todos os problemas de ordem econômica, política e social. Não compreendemos autonomias estaduais e municipais em matéria de saúde pública (...) Nesse assunto não pode, nem deve haver simples interesse regional ou local, porque ele é nacional, devendo haver uma só orientação e uma só ação, embora auxiliada essa pelos estados e municípios, que participarem dos benefícios.”⁵

A participação do operariado brasileiro na discussão de projetos para a Nação, também foi de grande relevância.

⁴ Cipriano Carlos Luckesi. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

⁵ Gilberto Hochman. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde e construção do Estado (Brasil 1910-1930); In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 6, nº 11, 1993, p. 49.

O processo de industrialização, questões de igualdade (igualdade cidadã – parte dos direitos sociais), formação dos partidos operário e socialista no país e lideranças anarquistas foram colocados como principais marcos.

Vale apenas ressaltar, que neste projeto, através das propostas anarcosindicalistas, socialistas ou cooperativistas, as questões envolviam basicamente a dignidade da ocupação operária, voltada para os direitos do trabalhador.

Todo este movimento tinha o intuito de fazer com que os trabalhadores participassem mais ativamente da sociedade, tendo seus direitos garantidos, através de legislações..

A partir de 1919, foi esboçada uma legislação trabalhista e na década de 20, já havia uma identidade operária construída com o intuito de intervir na organização do Estado.

“Durante toda a Primeira República é inquestionável que a classe trabalhadora lutou arduamente pela conquista da regularização do mercado de trabalho no Brasil. Todos os projetos políticos – mesmo o anarquista – que postularam a maior presença e participação dos trabalhadores no cenário social e político do país, passaram pela formulação de demandas que significavam a intervenção do Estado sobre o mercado de trabalho.”⁶

No campo religioso, a igreja católica propôs com a Renovação Católica, a reorganização da sociedade, através da intervenção de grupos católicos formados por intelectuais. O objetivo era intervir melhor em vários âmbitos sociais, para que o Estado reconhecesse a importância da igreja católica, que havia sido posta de lado com a República (com a República a igreja católica no Brasil se tornou fraca financeiramente e institucionalmente, pois houve uma separação entre o Estado e a igreja, esta deixa de ser tão influente nas decisões políticas, como acontecia no império). O Estado passou a ser laico (sem religião oficial).

Em 1916 a igreja se arma contra esta “fragilidade” a ela imposta com a República. Propõe a recristianização, levando o povo para a igreja, treinando melhor os padres, lutando pela volta do ensino religioso às escolas e cristianizando os intelectuais. Com estas ações se

⁶ Ângela de Castro Gomes. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, RJ: IUPERJ, 1988, p. 163.

tornaria mais influente em vários campos sociais e, mais fortalecida com o apoio popular, poderia participar mais ativamente da reestruturação social, voltando a ter papel importante nas decisões políticas.

Compreendemos, que todos estes projetos, até aqui expostos, visavam de certa forma mudanças para a sociedade brasileira, criando de certa forma a construção de uma “modernidade” e um exercício de autoconhecimento.

Culturalmente, se propôs a busca das raízes brasileiras, que acabou dando origem ao movimento artístico Modernista. O objetivo era valorizar e demonstrar o que caracterizava e individualizava o Brasil (sua mistura de raças, a natureza exuberante), tornando-o uma nação com características próprias, chamando a atenção para a identidade brasileira, assim como, para o tempo das mudanças, para a “modernidade”, colocando o Brasil no mesmo patamar das potências mundiais.

O texto de Mário de Andrade, de 1924, demonstra tais preocupações artísticas.

“Veja bem: abrasileiramento do brasileiro não quer dizer regionalismo nem mesmo nacionalismo= o Brasil pros brasileiros. Não é isso. Significa só que o Brasil pra ser civilizado artisticamente, entrar no concerto das nações que hoje em dia dirigem a civilização da Terra, tem que concorrer pra esse concerto com a sua parte pessoal, com o que o singulariza e individualiza, parte essa única que poderá enriquecer e alargar a Civilização.”⁷

É envolto neste ambiente cheio de conflitos e propostas de mudança, que surge os “ideais revolucionários”, que culminaram em 1930 com a Revolução.

Como bem cita Rollo:

“A Aliança Liberal, movimento que lançou Getúlio Vargas candidato à presidência da república em 1930, nasceu imersa nesse já citado ambiente de re-organização da sociedade e do Estado brasileiro. È bem verdade que dava contornos a um projeto agrarista (ao congregar oligarquias dissidentes que desejavam, no limite, maior representatividade política) mas, também, a um

⁷ *Apud* Eduardo Jardim de Moraes. Modernismo Revisitado. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.1, nº2, 1988, p 233.

projeto social (ao congregar a jovem-oficialidade – os tenentes – imbuída da idéia de que era responsável pelos rumos do país.”⁸

Vale ressaltar, que o grupo que tomou para si a responsabilidade de moralizar a vida política do país, contribuindo para a vitória da Revolução de 30, foi o grupo tenentista, ligado ao exército.

Boris Fausto, classifica o tenentismo como “*movimento política e ideologicamente difuso*”⁹, isto é, compreendemos que ele pretende demonstra é que este movimento não tinha um referencial teórico consolidado, por isso, a intenção de moralizar a vida política não tinha nada a ver com qualquer tipo de ideologia política ou profundas mudanças no sistema já existente. O que o grupo pretendia, era também participar mais de perto das decisões políticas.

A concepção de um exército profissional, capaz de manter a ordem e defender a pátria dos estrangeiros, como uma missão regeneradora, era os ideais do grupo.

O que na verdade os tentes pretendiam, era deixar de ser “jagunços” das oligarquias, por isso, lutaram contra a corrupção eleitoral, promovendo várias revoltas contra o poder civil. Acreditavam que o povo deveria ser dirigido pelos mais capazes (eles), porque este era despreparado e inculto.

“ Apelar para o povo, esse infeliz povo sobrecarregado de impostos, sem instrução e sem vida, que jaz disseminado pelo território brasileiro, em pontos onde não chega muitas vezes sequer a sombra da civilização, onde não bafeja o sentimento, a idéia de Pátria? Esse povo, por si só, nada poderá fazer; mas se a sua frente estiver à síntese desse mesmo povo – o Exército brasileiro – composto de caracteres bem formados, com a noção exata do cumprimento do dever – de defensor da Pátria no exterior e mantenedor das leis no interior – esse povo terá alcançado um nível bem mais elevado do que aquele que vive hoje aos olhos do estrangeiro ganancioso e audaz. É, pois, para esse pioneiro e expoente do civismo nacional que apelamos no sentido de arrancar a República desse lamaçal pútrido de bajulações interesseiras e das

⁸ Marcelo Fernandes Rollo. **São Gonçalo e as classes conservadoras**. São Gonçalo: UERJ/FFP, 1998. Monografia (Graduação em História).

⁹ Boris Fausto. **A revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

negociações imorais e alça-lo ao altar- mor da Pátria, que se tornaria assim mais forte e respeitada.”¹⁰

A colaboração tenentista na tomada do poder pela Aliança Liberal, foi sem dúvida de grande importância.

Devido a este panorama de conflitos, mais a crise econômica mundial de 1929, que desestabilizou significativamente a economia brasileira, a República oligárquica (grupo que detinha o poder político) encontrou sérias dificuldades de se sustentar politicamente.

“A crise de 1929 repercute intensamente na economia brasileira, levando-a a uma instabilidade crucial. Diferentemente das crises de 1920 e 1924, a atual é mais extensa e profunda, como consequência da baixa brutal dos preços, retração dos mercados consumidores e dos créditos estrangeiro.”¹¹

Aproveitando do difícil momento por que passava a sociedade brasileira, a Aliança Liberal surge com um programa progressista, prometendo reformar as estruturas políticas viciadas de governo e moralizar a administração pública.

Alcançou forte apoio dos estados que estavam à margem das decisões políticas, assim como, atraíram as atenções das camadas médias urbanas, que apoiavam o movimento reformista. No entanto, percebemos que o povo (camadas mais baixas da população), ficou afastado deste processo, sendo utilizado a nosso entender, como mero coadjuvante na ação revolucionária (defendida pelo Partido da Aliança Liberal).

Os candidatos da Aliança Liberal, Getúlio Vargas e João Pessoa, surgem à frente dos ideais reformistas e oficializa sua candidatura nas eleições de 1930, a presidência da república.

No entanto, a derrota eleitoral nas eleições de março de 1930, fortaleceu ainda mais as ações da Aliança Liberal.

Os tenentes, contrários a corrupção eleitoral, passam a empenhar-se na organização da Revolução.

¹⁰ Tenente J. Nunes de Carvalho. *Apud Idem*, p. 81.

¹¹ Edgar Carone. **A segunda república** (1930-1937). 2ª ed. São Paulo: Difel, 1974.

Em julho do mesmo ano, João Pessoa é assassinado. Fato que contribuiu ainda mais para que o movimento revolucionário eclodisse.

O movimento estourou em 3 de outubro de 1930 e em vinte dias, já era vitorioso.

Washington Luís, presidente eleito, foi deposto do cargo por uma junta militar e a 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas, chefe do movimento revolucionário, assumiu o poder, provisoriamente.

Vargas dissolveu o Congresso Nacional e as Assembléias estaduais, até que se reorganizasse o governo, prometendo mais honestidade e transparência nos processos político eleitoral.

Nomeou interventores nos estados (que por sua vez, nomeavam interventores municipais), que deveriam governar e prestar contas ao novo presidente, até que a nova Constituição fosse promulgada, definindo como seriam escolhidos os governantes.

“Era vossa também a convicção de que só pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da Pátria, livrando-a da camarilha que a explorava, arrancar a máscara de legalidade com que se rotulavam o maior embuste. E finalmente, era vossa também a convicção de que urgia substituir o regime de ficção democrática, em que vivíamos, por outro, de realidade e confiança.

Passado, agora, o momento das legítimas expansões pela vitória alcançada, precisamos refletir maduramente sobre a obra de reconstrução que nos cumpre realizar.”¹²

Perspectivas de centralização política, demandas nacionalizantes, educação, saúde e trabalho (plageando os projetos dos anos 20), eram os objetivos defendidos neste novo momento político.

Acreditamos ser interessante relatar todos os acontecimentos anteriores a revolução de 1930, porque a partir deles pode se ter uma visão mais clara do processo que acarretou a Revolução e todos os acontecimentos posteriores a ela.

No município de São Gonçalo, nosso alvo de estudo, é claro a influência dos grupos que detinham o poder econômico da região nas decisões políticas (tanto no período da República oligárquica quanto no período posterior a ela), assim como, as perspectivas

¹² Getúlio Vargas. A nova política do Brasil, I, pp. 69-74. *Apud Idem*, pp. 14-17.

de educação, saúde, centralização política, defendida pela Aliança Liberal, eram também os objetivos defendidos pelos partidos e grupos classistas que aqui existiam.

Tentaremos demonstrar nos próximos capítulos (através da citação das fontes pesquisadas), como a política gonçalense se articulava a luz da política central do país, assim como, que não houve grandes mudanças no que diz respeito àqueles que dirigiam antes e após a referida Revolução.

A contribuição gonçalense para os cofres federais (através da coleta de impostos) e a localização geográfica do município, foi a nosso entender, o principal motivo que levou o governo central a se preocupar em definir os dirigentes (prefeitos interventores) para cá.

Que os registros deixados do passado (artigos nos jornais da época) sejam as testemunhas dos fatos aqui relatados.

CAPÍTULO II:

PANORAMA POLÍTICO DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO (1930 / 1937)

No município de São Gonçalo, os “atores” mais influentes, que participaram do episódio revolucionário e pós-revolucionário, foram sem dúvida, aqueles que detinham o poder econômico na região.

Como bem define Rollo:

“As vozes gonçalense, provavelmente foram e sempre serão muitas. Entretanto, existem aquelas que em determinado tempo histórico, se fazem impor aos mais diversos ouvidos, numa palavra, que conseguem produzir eco na sociedade.”¹³

Referindo-se a estas vozes, podemos destacar vários e importantes representantes do meio agrícola, comercial, militar, político e social do município, que viviam antenados com todas as informações ocorridas na capital federal.

Abrindo um rápido parênteses, gostaríamos de destacar os veículos de comunicação mais importantes do município no referido período. Os jornais *A Gazeta* e *O São Gonçalo*¹⁴, responsáveis em informar os acontecimentos mais importantes, no município e na capital. É bem verdade que os artigos publicados nos referidos jornais, carregam fortes nuances ideológica, no entanto, não nos cabe neste trabalho pormenorizar tal fato e sim aproveitar os registros deixados para tentar caracterizar a época em estudo.

Vale destacar mais uma vez, que os personagens mais influentes na política gonçalense no período pós-revolucionário, eram os mesmos que comandavam a política, através das lideranças partidárias no período anterior.

¹³ Marcelo Rollo, *op. cit.*

¹⁴ A Gazeta foi fundada em 1913 pelos irmãos Belarmino de Mattos, Abílio José de Mattos e Francisco de Paula Freitas. Até 1930, ficou sob a direção dos dois irmãos, quando Belarmino sai e funda O São Gonçalo.

Estes líderes políticos estavam diretamente ligados as chamadas *Associações de Classe*¹⁵, organizadas no município como: a União dos Varejista, União Agrícola Fluminense, Associação dos Proprietários, Sindicato dos Comerciantes, etc...

São Gonçalo no início da década de 30, era um próspero município, com agricultura, economia e setor comercial bastante desenvolvidos.

Como cita Palmier¹⁶, através de estudos estatísticos, a Receita Municipal, orçada para o período entre 1929 e 1937, foi a seguinte:

Situação Administrativa	
Receita Municipal	
Anos	Receita Orçada
1929	998:150\$000
1930	998:150\$000*
1931	997:900\$000
1932	1.192:000\$000
1933	1.192:000\$000*
1934	1.250:000\$000
1935	1.373:270\$000
1936	1.540:000\$000
1937	1.319:000\$000

* Valores Prorrogados

Estes valores orçamentários eram votados pelo *Conselho Consultivo*¹⁷, que na ausência da Câmara de Vereadores eram encarregados de votar as deliberações municipais, propostas pelo prefeito. Funcionava como se fosse uma junta de representantes que fiscalizava as ações municipais. Os representantes do *Conselho Consultivo* eram definidos e nomeados pelo prefeito, após a avaliação e autorização do interventor estadual.

Tentamos demonstrar com o quadro orçamentário, o quanto era significativo os valores propostos para a arrecadação municipal, no entanto, verificamos que ao longo destes períodos, o município teve grandes problemas com relação à arrecadação de impostos.

¹⁵ Termo muito comum utilizado no período, para caracterizar os sindicatos organizados.

¹⁶ Luiz Palmier. **São Gonçalo**. Cinquentenário. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

¹⁷ Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1931, vol II, Atos do Governo Provisório (maio a agosto). RJ, Imprensa Nacional – 1932, Apud Edgar Carone, *op. cit.*, pp. 29 a 35.

O aumento dos valores estabelecidos para a receita municipal, era justificado pela necessidade e propostas de modernização do município.

A necessidade de desenvolvimento e modernização era explicada pela boa localização geográfica de São Gonçalo e pela proximidade com a capital federal. Ele era ponto de passagem daqueles que vinham do interior do estado, de trem, rumo a capital ou a cidade do Rio de Janeiro, assim como, caminho dos produtos agrícolas produzidos no interior do estado, que eram escoados para o Rio ou exterior através dos portos aqui existentes.

A arrecadação federal, realizada através das duas coletorias federais existentes no município, também merece destaque, devido aos seus valores, como cita Palmier¹⁸:

Arrecadação Federal	
Renda Total da Soma das Duas Coletorias Federais	
Anos	Total
1929	9:214:300\$000
1930	9:708:389\$400
1931	8:848:185\$800
1932	14:611:677\$200
1933	17:865:364\$300
1934	19:420:901\$400
1935	22:467:581\$800
1936	27:390:987\$600
1937	29:253:924\$300

Tentamos demonstrar com o quadro, o quanto significativa era a arrecadação federal no município, tornando-o de suma importância para o governo central.

Os altos valores de arrecadação feitos em São Gonçalo, são justificados pelo grande número de mercadorias que passavam por aqui, tanto para exportação quanto para outros estados brasileiros¹⁹, além da alta produção agrícola do município.

Como cita Palmier, referindo-se a prática de arrecadação federal no período:

¹⁸ Luiz Palmier, *op. cit.*

¹⁹ Mais informações a respeito do assunto, consultar o trabalho de José Luís Honorato Lessa. **Retratos de uma época: Formação da Industrialização na Região de São Gonçalo (1892 – 1930)**. Monografia, UERJ/FFP, 1998, ou artigos do jornal O São Gonçalo do período.

“São Gonçalo destaca-se no quadro social e político do país por uma produção que superava a todos os demais municípios do Brasil, concorrendo em consequência disto, para o erário federal com algumas dezenas de milhares de contos, renda que se apresentava em franca progressão.”²⁰

Os altos índices de arrecadação, vinculados a sua importância geográfica, faziam com que o município fosse visto com bons olhos pelo governo federal e isto tornava a disputa pelo seu controle político bastante acirrado.

Os dois partidos que mais se destacaram nas disputas eleitorais, ou indicações para o cargo de prefeito interventor, no período de 1930 a 1935, foram o Partido Progressista e o Partido Radical, que tinham como líderes Luís Palmier e o Coronel Francisco Lima, respectivamente.

Os dois partidos mencionados, concorriam entre si nas disputas a cargos municipais, no entanto, ambos mantinham boas relações e apoiavam a política estadual e federal (antes e após a Revolução de 1930).

Constatamos através da pesquisa realizada nos principais jornais da época, que era comum o dirigente municipal ser indicado, primeiro pelo presidente do estado e mais tarde, com a Revolução, pelo interventor estadual.

Em 1929, São Gonçalo preparava-se para as eleições municipais de prefeito e vereadores.

“Aproxima-se o dia das eleições municipais (...) dizem alhures (boatos) que o governo pretende sugerir um nome que convenha a ambas as correntes partidárias locais, o que não cremos dada à situação de verdadeira e louvável imparcialidade do Sr. Presidente Manuel Duarte, garantindo a liberdade eleitoral.”²¹

Acontece, que apesar da dita imparcialidade do presidente do estado, houve indicação de nome para concorrer nas eleições, o do engenheiro Stephane Vannier, nome este que foi aceito pelos dois partidos com maior representatividade no município.

²⁰ Luiz Palmier, *op. cit.*, p. 167.

²¹ A Gazeta, 11 de julho de 1929.

“A atividade política dos partidos que neste município disputam as oposições, pode-se dizer que culminou ontem com a indicação do nome do engenheiro do estado dr. Stephane Vannier, para o cargo de prefeito às próximas eleições de setembro vindouro (...). O sr. Presidente Manoel Duarte a quem coube fazer a indicação do nome do dr. Stephane Vannier, mercê dos amplos poderes que lhe foram dados pelas correntes governistas e oposicionistas locais bem se houve da missão a que se incumbiu, escolhendo um candidato insuspeito a quais quer dos partidos que aqui se digladiam pela hegemonia da política municipal.”²²

O curioso destacar, que o indicado ao cargo de prefeito, mal conhecia o município para o qual estaria concorrendo nas eleições. Aliás, vale ressaltar, que na questão dos interventores municipais, após a Revolução de 1930, os indicados ao cargo de prefeito interventor, também pouco conheciam do município e a maioria dos indicados, nem aqui residiam.

Em entrevista a Gazeta, o candidato Stephane Vannier declarou o seguinte sobre sua indicação:

“Tudo quanto eu disser A Gazeta sobre este assunto será prematuro. Por enquanto, não tenho ainda nenhum programa, uma vez que ainda pouco conheço o município de São Gonçalo. Desejo que os munícipes possam julgar de minhas intenções pelos meus atos e não por promessas ou palavras (...). Irei a São Gonçalo empenhado em corresponder à confiança que em mim depositou o sr. Presidente do estado, sugerindo o meu nome para o cargo de prefeito do vizinho município.”²³

A conclusão desta indicação e das articulações em torno do nome de Stephane Vannier, foi sua vitória nas eleições municipais de 1929.

No entanto, com as mudanças políticas ocorridas no país, com a Revolução de 1930, o prefeito eleito foi destituído do cargo e a partir daí, passam a governar o município interventores indicados pelo interventor estadual.

Com relação à ação revolucionária no município, Palmier descreveu o seguinte:

²² A Gazeta, 25 de julho de 1929.

“Em São Gonçalo, onde os adeptos da revolução eram em número diminuto, alguns elementos, de última hora, procuraram tomar conta da prefeitura, com discursos e vivas à Revolução.”²⁴

Verificamos através de leituras do jornal de época A Gazeta, que os membros políticos oposicionistas do município, pouco se referiam à causa revolucionária, talvez seja pelo fato deste jornal demonstrar através de seus artigos, uma certa simpatia ao partido governista. No entanto, com a Revolução, em pouco tempo o jornal local muda seu discurso e passa a enaltecer os ideais revolucionários, adaptando-se com isto a nova situação.

O jornal O São Gonçalo, que surge no mesmo momento da Revolução, desde o seu primeiro número, valoriza a causa revolucionária, desenvolvendo artigos que enalteciam o governo municipal indicado. Tem como manchete de capa no seu primeiro número, um artigo sobre o governo do interventor municipal Carlos Duque estrada, onde cita entre outras coisas:

“... está se assinalando por uma actuação moderada e eficiente, material e politicamente correta a administração do sr. Carlos Duque Estrada.”²⁵

Pretendemos no decorrer deste trabalho, manifestar de forma mais explícita o quanto for possível, outros artigos do referido jornal, que demonstrem certa simpatia à causa revolucionária.

Tentamos demonstrar com este breve panorama, o quanto à política gonçalense estava vinculada à política estadual antes e após a Revolução.

A prática de indicação ao cargo de prefeito, acontece até o início de 1936, quando há novas eleições para o cargo. Em agosto de 36 acontece uma eleição para prefeito e vereadores e depois, em 37, com o Estado Novo, a prática de indicação ao cargo volta a acontecer.

²³ A Gazeta, 08 de agosto de 1929.

²⁴ Luiz Palmier, *op. cit.*, p. 221.

²⁵ O São Gonçalo, 22 de janeiro de 1931.

O interessante, é notar que não houve mudanças nas lideranças políticas do município antes e após a Revolução.

Percebemos que as “*vozes gonçalenses*” que continuaram a se impor na sociedade foram às mesmas.

CAPÍTULO III: A POLÍTICA NO PERÍODO DOS INTERVENTORES MUNICIPAIS

1. Considerações Preliminares.

Antes de abordarmos propriamente as ações políticas tomadas pelos interventores municipais, no período de 1930 a 1936 e prefeito eleito em 1937, chamou-nos a atenção três fatos observados.

Primeiro, no que diz respeito ao tempo de governo de cada interventor indicado, no cargo de prefeito, que variou entre um mês e dois anos.

Em segundo lugar, as propostas de governo dos interventores municipais, que sempre se assemelhavam e tinham como principais objetivos: a cobrança de impostos em atraso, a pavimentação das vias públicas, construções de escolas, incentivo ao comércio e indústrias (com isenção de impostos), valorização do espírito nacionalista (através de decretos municipais de culto a bandeira ou festividades relativas à data da Revolução – que eram organizados nas escolas) e preocupação com o saneamento (projetos de extinguir os depósitos de lixo nos terrenos vazios próximos ao centro urbano do município)²⁶.

Como citamos na introdução deste trabalho, utilizamos como principais fontes de pesquisa, as atas de reuniões dos prefeitos com representantes do Conselho Consultivo, localizadas no acervo do Patrimônio Municipal, artigos dos jornais O São Gonçalo e A Gazeta, principais veículos de informação da situação política do período.

²⁶ Algumas destas propostas, nos lembrou os projetos de reorganização da nação, amplamente discutidos na década de 20, assim como, as propostas de governo da Aliança Liberal, assumidos por Getúlio Vargas com tomada do poder após a Revolução de 1930. Isto demonstra o quanto o município de São Gonçalo, através de seus representantes, estava ligada a ação e ideologia defendida pelo governo central.

Não foi possível localizar os relatórios de interventoria, que os prefeitos nomeados organizavam e encaminhavam aos interventores estaduais, informando a situação administrativa do município.

Infelizmente, pela falta de organização de um acervo referente à documentação do município, não conseguimos localizar tais relatórios.

Para um maior aprofundamento sobre a política local neste período, sugerimos a localização dos mesmos.

A maior parte das informações a respeito da política municipal do período de 1930 a 1937, foram retirados do jornal *O São Gonçalo*, o qual dava grande destaque a política local, com artigos, publicações de atos oficiais da prefeitura (decretos, balancetes da receita e despesa) e propagandas políticas nos períodos de eleição (em 1934 para deputados estaduais e federais constituintes e em 1936 para eleição de prefeito e vereadores). A *Gazeta* também importante veículo de informação da época, possui poucos registros em seu acervo, além disso, por ser de propriedade particular o acesso aos documentos é quase que impossível.

Citemos inicialmente, o quadro organizado a partir de informações de Peixoto e Braga²⁷:

Governos Republicanos Pós Revolução de 1930			
Interventores			
<i>Interventor Estadual</i>	<i>Período de Governo</i>	<i>Interventor Municipal</i>	<i>Período de governo</i>
Demócrito Barbosa	24/10/30 a 28/10/30	Com. Álvaro Miguelote Viana	25/10/30 a 15/12/30
Plínio Casado	29/10/30 a 29/05/31	Major Carlos Augusto Duque Estrada	16/12/30 a 01/07/31
Gen. João de Deus Mena Barreto	30/05/31 a 04/11/31		02/07/31 a 21/12/32
Cel. Pantaleão da Silva Pessoa	05/11/31 a 07/11/31	Major Samuel Barreira	
Almirante Arí Parreiras	16/12/31 a 07/11/35	Com. Álvaro Miguelote Viana	25/12/32 a 26/09/35
		Manoel Raposo dos	27/09/35 a

²⁷ Dídima de Castro Peixoto. **História Fluminense**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumak Gráfica Editora Ltda, s/d e Maria Nelma Carvalho Braga. **O município de São Gonçalo e sua História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Falcão, 1998.

Gen. Newton de Andrade	08/11/35 a 11/11/35	Santos	03/01/36
Alm. Protógenes Guimarães	12/11/35 a 10/11/37	Rodolpho Pimenta Veloso	04/01/36 a17/05/36
		Álvaro Moutinho	18/05/36 a 12/08/36
Heitor Collet	23/03/37 a 15/07/37	Manoel Gonçalves Amarantes	13/08/36 a 19/11/37
Com. Ernani do Amaral Peixoto	11/11/37 a 28/10/45		Cel. Francisco Lima

Achamos importante citar tais informações, a fim de chamar a atenção para o período que cada representante estadual e municipal administrou. Para cada período administrativo estadual, um interventor municipal era indicado, com exceção de Manoel Gonçalves Amarantes, que foi eleito em agosto de 1936.

Vale ressaltar, que de acordo com registros do jornal *O São Gonçalo*, edição nº 214 de 1935, os partidos políticos existentes no município, com representatividade estadual e federal, eram os seguintes: *União Progressista*, *Partido Radical*, *Partido Socialista*, *Partido Republicano* e *Partido Evolucionista*.

Todos concorreram às vagas para a Assembléia Constituinte com respectivos candidatos. No entanto, os dois maiores partidos do município (com maior representatividade) eram os partidos *Radical* e *União Progressista*, os quais já comentamos em outro capítulo deste trabalho.

Em 1936, houve uma fusão entre os partidos Radical e Progressista. Foi criado a partir desta fusão o *Partido Liberal Fluminense de São Gonçalo*, que teve como líderes, Luís Palmier e o Coronel Francisco Lima, antigos dirigentes dos partidos extintos.

2. A Política dos Prefeitos Interventores.

O comandante Miguelote Viana, foi o representante do governo revolucionário em São Gonçalo, nos últimos dias de outubro e primeiros dias de novembro.

Como citamos anteriormente, não havia no município nenhum grupo ligado diretamente à causa revolucionária. Como comenta Palmier:

“Coube ao Comandante Miguelote Viana, ocupar o cargo de Prefeito Interventor até ser empossado o Interventor Plínio Casado, que posteriormente nomeou o primeiro Prefeito Interventor.”²⁸

Miguelote Viana, em 1932, voltou ao cargo, nomeado pelo Almirante Ari Parreiras. Foi quem mais tempo exerceu o cargo de prefeito interventor, ficando a frente da administração municipal por um período de dois anos e nove meses.

Saiu do governo municipal a pedido, para exercer o cargo de chefe de polícia do estado, no governo de Protógenes Guimarães.

Durante o seu governo, não foram publicados atos oficiais da prefeitura, nos jornais do município (como governos anteriores costumavam fazer) e assuntos sobre política foram pouco divulgados. Deu pouca importância aos jornais locais, transferindo as publicações oficiais para o *Jornal Oficial do Estado*.

Curiosamente, observamos que no referido governo, a prefeitura teve grandes problemas com arrecadações de impostos municipais, atrasando inclusive o pagamento dos funcionários. Não se preocupou em criar vínculos ou alianças com grupos locais, o que gerou inúmeras críticas ao seu governo.

“Dê o sr. Prefeito publicidade ampla na imprensa local a todos os atos que interessem aos contribuintes e s.s. verá como as cousas mudam. Sem a publicidade, sem a divulgação, sem a imprensa, enfim, não é possível nenhum administrador realizar qualquer programa de trabalho fecundo. A ignorância das deliberações municipais é uma forte attenuante a favor dos contribuintes.”²⁹

Outro fato de significativa importância neste período de governo, foi com relação à arrecadação federal, estimada em 19.420:901\$400 contos de réis, que ficou consideravelmente superior ao orçamento municipal, estabelecido e votado pelo Conselho Consultivo a pedido do prefeito em 1.250:000\$000 contos de réis. E a despesa em igual quantia.

²⁸ Luiz Palmier, *op. cit.*, p. 221.

²⁹ O São Gonçalo, 07 de janeiro de 1934.

Este fato foi motivo de várias críticas, pois o município necessitava de obras de pavimentação e outros serviços que não eram realizados em função da baixa arrecadação de impostos e do estabelecido valor orçamentário.

“Não é possível que continuemos a concorrer tão valiosamente para as arcas do governo federal sem dele obter a compensação destes esforços.

A nossa lavoura, o nosso comércio e a nossa indústria, vivem sobre pesados impostos e nada podem alcançar melhor desenvolvimento por serem falhos os serviços públicos e carecer o município de obras públicas da maior urgência, para o progresso e melhor escoamento da nossa produção.

Urge que os nossos homens públicos encetem a campanha das necessidades municipais e não continuem como até aqui, de braços cruzados, impassíveis ante os anseios dos seus munícipes e as necessidades inadiáveis desta mal governada terra.”³⁰

Notamos que a administração do Comandante Miguelote Viana, foi bastante rígida e não teve preocupação em atender aos anseios daqueles que aqui viviam, nem se preocupou em realizar qualquer tipo de trabalho para melhoramento das condições de vida da população, assim como, não deu espaço para que os representantes das Associações de Classe aqui existentes, interferissem ou opinassem em seu trabalho.

Talvez, a formação militar possa ter sido o motivo para uma ação administrativa tão austera.

Iniciamos nossas observações a cerca dos Prefeitos Interventores pelo governo do Comandante Miguelote Viana, porque como já citamos, este foi o Interventor que mais tempo exerceu o cargo de prefeito, sem contar, que as rígidas atitudes tomadas por ele, diferenciaram seu governo dos outros interventores municipais que por aqui passaram.

O primeiro interventor municipal indicado no período pós-revolucionário, foi o Major Carlos Augusto Duque Estrada.

Homem ligado ao exército, que participou diretamente das ações que tornaram a revolução de 1930 vitoriosa.

³⁰ O São Gonçalo, 22 de abril de 1934.

Era favorável ao grupo tenentista, por isso, quando Plínio Casado foi indicado ao governo do estado, seu nome foi o escolhido para o governo municipal de São Gonçalo.

Com a colaboração da ação tenentista no movimento revolucionário, o governo provisório de Getúlio Vargas, instituiu as principais lideranças deste movimento como interventores dos principais estados do Brasil, gerando insatisfações.

“Crise econômica e crise política levam o país a uma contínua instabilidade. A isto acrescentam-se os abusos dos tenentes-interventores e as restrições das máquinas administrativas locais.”³¹

É válido ressaltar, que esta atitude não satisfaz as oligarquias dos principais estados, além é claro, das ações tomadas por estes novos governantes não condizerem em alguns pontos, com a proposta afirmada pela Aliança Liberal.

Em São Gonçalo, a indicação de Duque Estrada para o governo municipal, gerou a princípio certa insatisfação por parte daqueles que participavam do poder.

“Política no Brasil de hoje, depois da Revolução de 24 de outubro é coisa abstrata.

Toda gente sabe como o país é administrado e quais as leis que regulam os actos do governo provisório, desde o município até o da União Federal, pelos decretos emanados do ilustre dr. Getúlio Vargas.

A Revolução foi vencedora pelos liberaes, portanto, a Aliança Liberal deveria dominar politicamente o paiz de norte a sul.

Porém, no estado do Rio de Janeiro assim não acontece.

Em toda parte os liberaes são postos de lado, a margem, por motivos que ninguém explica porque todos os aliancistas ignoram a razão porquê ficaram proscritos no próprio partido pelo qual tanto se bateram.

Crê-se para logo, que não há partidatismo official, porque o governo nacional colocou-se pela Revolução acima dos partidos para a felicidade da Nação e do povo em comum.

Voltamos para nosso estado e, particularmente para o nosso município, chega-se à conclusão que o partido da Aliança Liberal não existe, por isso que não governa. Veja-se por exemplo, que parcella de mando o governo da Revolução confiou ao chefe

³¹ Edgar Carone, *op. cit.* p 28.

Liberal local, Capitão Geraldo Ribeiro Machado. No mesmo caso, estão Itaboray, Capivary, Magé, etc.

A política gonçalense, pelos boatos que circulam a miude, reflete no seu todo symptomatas que a tem alarmado.”³²

Percebemos, que mesmo com o apoio ao governo de Getúlio, a indicação de interventores tenentistas não agradou.

O governo Duque Estrada pouco realizou em termo de melhoria para o município.

Durante seu curto mandato (seis meses e quinze dias), iniciou asfaltamento em algumas ruas do centro da cidade e realizou várias nomeações para cargos municipais.

Foi afastado do cargo, após a substituição de Plínio Casado na interventoria estadual, por denúncias ao novo interventor do estado (Menna Barreto), de desvios de dinheiro na folha de pagamento e por compras ilícitas realizadas indiscriminadamente.

A denuncia sobre o prefeito, foi encaminhada pelo Major Jovito Chagas.

Esta fez abrir um inquérito administrativo sobre o município presidido por Ary Coelho Barbosa e Joaquim da Costa Melo (ajudantes de guarda livros do estado) e Oscar Pereira da Fonseca (chefe de secção do Interior e Justiça), todos nomeados por Menna Barreto para apurar as denúncias.

Tal questão foi fruto de diversas discussões e artigos, contra e a favor do prefeito.

Mario Motta, jornalista e colaborador do jornal O São Gonçalo, caracterizou da seguinte maneira as denúncias:

“Os profissionais da política e revolucionários de última hora, dedicam-se a fazer intrigas com o interventor, com o intuito de candidatar-se ao cargo de prefeito. O Major Duque Estrada é homem da mais ilibada honestidade e temos certeza, que o sr. Interventor do estado saberá tomar as decisões mais acertadas para o caso.”³³

No artigo, Mario Motta defende com veemência o prefeito acusado e critica a ação tomada por Jovito Chagas, além de sugerir que o problema de corrupção é culpa de funcionários municipais desonestos.

³² O São Gonçalo, 01 de fevereiro de 1931.

Em outro artigo, Oliveira Rodrigues, também colaborador do jornal e redator do jornal “*O Estado*”, comenta da seguinte forma o episódio:

“Dotado pelos erros e pela miséria da politicagem, aniquilado, examine quase esgotado pela pressão criminosa a insaciabilidade dos seus dirigentes, (...) que o governo da Revolução vitoriosa saiba expulsar do governo municipal os depiladores da sua fortuna, os consumidores das suas rendas.”³⁴

Duque estrada tentou através de carta e relatórios encaminhados ao interventor estadual, realizar sua defesa para o caso, mas foi em vão.

Foi destituído do cargo e para o seu lugar, Menna Barreto indicou o Major Samuel Barreiro.

A primeira providencia do Major Samuel Barreiro à frente do cargo de prefeito interventor, foi reunir as principais lideranças locais (“*representantes ilustres do município*”), para ouvir a respeito das necessidades mais urgentes e tentar acalmar os ânimos daqueles que estavam insatisfeitos com a administração passada.

O objetivo da reunião, como cita o jornal O São Gonçalo de 25 de julho de 1931, era “*coletar sugestões que pudessem ajudar na administração*”.

Os principais assuntos tratados foram:

- Irregularidades no matadouro municipal, apurados pela sindicância federal (a prefeitura no governo de Duque Estrada, gastava nove contos anuais para a manutenção dos serviços e recebia apenas três contos anuais pelo aluguel e utilização das instalações);
- A questão do lixo, que não poderia ser colocado em terrenos das vias principais, como ocorria freqüentemente (o Coronel Francisco Lima, grande proprietário no município, doou na oportunidade, um terreno para que se fizesse um depósito de lixo municipal);
- À volta da delegacia regional;

³³ O São Gonçalo, 13 de junho de 1931.

³⁴ O São Gonçalo, 20 de junho de 1931.

- A água que era fornecida de Niterói e um problema para o município, que pagava muito caro pelo serviço (houve solicitação da construção de um reservatório para São Gonçalo);
- Compra de um prédio para melhor instalação do hospital municipal;
- Criação de bombeiros e um ambulatório em Neves;
- Melhoria da iluminação pública;
- Maior incentivo industrial e agrícola para o município.

Todas as solicitações feitas nesta reunião, encontram-se também pormenorizado no livro Ata nº 28, do acervo do Patrimônio Municipal.

A abertura dada por Samuel Barreiro no início de seu mandato, rendeu inúmeros elogios a sua administração, assim como, maior apoio por parte das lideranças políticas locais.

Esta atitude foi tomada intencionalmente, uma vez que o prefeito interventor pouco conhecia do município que fora indicado para administrar. Morava em Logar Correias, localidade do município de Petrópolis, para onde se dirigia nos finais de semana, como cita os jornais do período.

Outra característica deste governo, foi com relação às publicações dos atos oficiais da prefeitura, mensalmente publicados no jornal O São Gonçalo, o que não ocorreu no governo Duque Estrada.

Esta prática, não foi uma iniciativa tomada pelo prefeito interventor, na verdade, isto foi uma deliberação sancionada pelo governo provisório em 1931 e publicada na imprensa oficial em 1932:

- “XI - Os municípios afixarão, em edital (se não houver imprensa local) o movimento de entrada e saída de dinheiro na tesouraria; mensalmente publicarão um balancete discriminado, da receita e despesa do mês anterior; e semanalmente, um relatório contendo:
- a) balancete completo da receita arrecadada e despesa efetuada no último semestre;
 - b) comparação dos dados desse balancete com o do mesmo semestre do exercício anterior;

- c) recapitulação do estado econômico e financeiro do município ao se inaugurar o regime revolucionário e na data de balanceamento do semestre;
- d) relação das obras públicas realizadas e serviço de dívidas porventura existentes.”³⁵

A administração deste período, estabeleceu critérios referentes às questões das vias públicas (criação de vias litorâneas e calçamento), assim como, para loteamentos; criou uma comissão de compras para a prefeitura; indicou um delegado para cuidar da segurança no município (o indicado foi o Capitão Arthur Dutra de Andrade); criou desfile cívico escolar no dia 29 de outubro, em homenagem a Revolução.

Com a troca de interventores estaduais (saiu Menna Barreto e ficou o Coronel Pantaleão da Silva Pessoa provisoriamente, depois foi indicado o Almirante Ari Parreiras), também ocorreu mudança a nível municipal.

Samuel Barreiro que exerceu a função de prefeito interventor pelo período de um ano, cinco meses e dezenove dias, foi destituído do cargo sem motivo e para seu lugar, foi nomeado o Comandante Álvaro Miguelote Viana, que comentamos inicialmente sobre suas ações frente ao governo municipal.

No período constitucional do governo Vargas (iniciado em 1932), o jornal O São Gonçalo deu grande destaque às eleições para deputado federal e estadual.

Publicava páginas inteiras de propaganda a favor da União Progressista Fluminense, exaltando principalmente a figura do médico Luís Palmier, que concorreu ao cargo de deputado estadual na Assembléia Constituinte, o qual foi vitorioso nas urnas.

Vale ressaltar que a figura do ilustre médico foi sempre destaque nas edições do jornal. Amigo pessoal do Capitão Belarmino de Matos, proprietário do jornal O São Gonçalo, Palmier foi alvo permanente de inúmeros elogios e teve seus trabalhos e discursos na constituinte sempre em destaque e publicado na integra.

Os principais partidos existentes no estado (segundo publicação do jornal O São Gonçalo de 03 de fevereiro de 1935), com representatividade no município, tiveram os seguintes números de representantes eleitos nas Assembléias Constituintes:

³⁵ Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1931, vol. II . RJ: Imprensa Nacional, 1932. *Apud.* Edgard Carone, *op. cit.*

Número de Representantes Eleitos para as Assembléias Constituintes		
Partido	Deputado Federal	Deputado Estadual
União Progressista	9 eleitos	23 eleitos
Partido Popular Radical	5 eleitos	14 eleitos
Partido Socialista	2 eleitos	5 eleitos
Partido Evolucionista	1 eleito	2 eleitos
Partido Republicano	_____	1 eleito

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Os eleitos não eram em sua totalidade, representantes do município, mas passaram por aqui arrecadando apoio para candidatura.

Os principais representantes eleitos de São Gonçalo, para os trabalhos constitucionais, foram o coronel Francisco Lima, eleito para deputado federal pelo Partido Radical com 44.117 votos e o médico Luís Palmier, eleito para deputado estadual pelo Partido União Progressista com 3.264 votos.

Gostaríamos de lembrar, que ambos já eram lideranças políticas no município antes da Revolução de 1930 e com o retorno a ferveência política no período constitucional, voltam a cena, reafirmando sua influência junto aos eleitores.

No final de 1935 e início de 1936, após a saída de Miguelote Vianna do cargo de prefeito, para exercer o cargo de delegado no governo estadual, este indicou seu sucessor, Manoel Raposo dos Santos, diretor de obras da prefeitura.

Seu período administrativo foi curtíssimo (três meses e três dias), pouco podendo realizar no cargo.

Deu continuidade aos trabalhos de asfaltamento das vias públicas, iniciado por Miguelote Vianna.

Miguelote Vianna, acabou indo ocupar o cargo de Secretário de Gabinete no Ministério da Marinha, porque o Tribunal Superior Eleitoral, sustou após as eleições, a posse do Almirante Protógenes Guimarães ao cargo de governador do estado (o qual havia feio o convite para que Miguelote Vianna ocupasse o cargo de delegado do estado), ficando provisoriamente exercendo a função de governador, o General Newton de Andrade.

Após as apurações das denúncias de fraude eleitoral, Protógenes Guimarães foi empossado no cargo de governador do estado.

Em São Gonçalo, houve grande disputa entre os principais partidos para a indicação ao cargo de prefeito.

No entanto, mais uma vez, o nome indicado, foi definido pelo governador estadual.

Rodolpho Pimenta Velloso, engenheiro, ex-diretor da Companhia Brasileira de Energia Elétrica e amigo pessoal do governador, foi indicado para o cargo de prefeito.

A indicação a princípio, não foi bem aceita pelo Partido Radical, como descreveu o artigo do jornal O São Gonçalo:

“Finalmente o Almirante Protógenes Guimarães medindo também suas grandes responsabilidades no município, cuja desdita s. exa. conhece de perto, através de decênios de administrações inócuas, resolveu por a margem o capricho dos políticos e resolve o caso discricionariamente.

A semana decorreu agitada entre os Radicais, com a nomeação do ilustre dr. Rodolpho Pimenta Velloso para o cargo de prefeito.

A mais de 20 anos conhecemos o engenheiro e ex-diretor da então Companhia Guinle, hoje Companhia Brasileira de Energia Elétrica. Os Radicais não gostaram da iniciativa do Almirante, agindo isoladamente e o convite feito ao dr. Velloso teve o mesmo efeito de uma bomba que estoura-se de surpresa no bando político que há cerca de dois meses vem de lanterna, a luz meridiana, procurando um homem para o cargo de prefeito do município, sem encontrar um candidato que satisfaça ambas as partes.”³⁶

Vale ressaltar, que o referido jornal dava grande apoio ao Partido Progressista e este ao governo estadual, por isso, os comentários contra os Radicais e a favor da atitude do governador, além disso, descobrimos com a pesquisa, que Protógenes Guimarães também era proprietário em São Gonçalo (vinculado a Associação dos Proprietários de São Gonçalo) e por este motivo tinha interesse pessoal na administração municipal.

Pimenta Velloso, habilmente, conseguiu o apoio das lideranças políticas locais, aproximando-se das “Associações de Classe” do município, onde as lideranças eram as mesmas que na política. Foi tão feliz em sua empreitada, que conseguiu o apoio necessário para candidatar-se nas eleições de 1936 ao cargo de prefeito. Cita o jornal:

“As Associações de Classe deste município receberam em reunião a visita do dr. Rodolpho Pimenta Velloso, ilustre prefeito municipal.

A recepção ao prefeito foi dado no palacete da União dos Varejistas, nesta cidade.

Ali, achavam-se os diretores e grande nº de associados da União dos Varejistas, União Agrícola Fluminense, Associação dos Proprietários de São Gonçalo, Associação Gonçalense de esportes, tiro de Guerra 121, pessoas gradadas, União Sindical de Neves e o ilustre deputado Luís Palmier.

Solicitaram em seus discursos providências ao prefeito quanto aos numerosos problemas locais que demandam acção prompta e imediata, como o calçamento, a água, o esgoto, a luz, os transportes e deram o seu apoio a nova administração.”³⁷

As ações tomadas em seu governo, foram basicamente àquelas solicitadas pelas Associações de Classe.

Deu prioridade aos trabalhos de calçamento, arrecadação de impostos em atraso (anistiando as grandes empresas dos pagamentos em atraso com a prefeitura, dos anos anteriores), reforma e construção de escolas.

O interessante, é observar que mesmo estando o município passando por dificuldades orçamentárias, o prefeito resolveu anistiar os contribuintes (com grandes dívidas para com a prefeitura). Percebemos que a intenção maior por trás desta ação, era de fato, garantir o apoio político nas eleições que estavam por vir.

“Encontra V.Ex^a a municipalidade em condições desfavoráveis, unicamente em relação à arrecadação das suas rendas.

Estas, que poderiam folgadoamente ultrapassar o percentual estimado na lei orçamentária, mantem-se até agora e especialmente no exercício recém findo em um nível de inferioridade tal em relação a exercícios anteriores que o déficit orçamentário represente-se por 612:762\$000 equivalente a 41% da receita orçada.

Os mais vultuosos impostos que são o predial e o comercial, representam respectivamente em decréscimo na arrecadação de 83% a 38% sobre o total orçado.

³⁶ O São Gonçalo, 29 de dezembro de 1935.

³⁷ O São Gonçalo, 09 de fevereiro de 1936.

É inevitável portanto, o desequilíbrio perturbador da vida do município, obrigando a gestão da fazenda pública à prática de uma verdadeira gynnástica administrativa para evitar a parada brusca de todas as atividades da administração. Chega-se ainda assim, a um período crítico indisfarçável.”³⁸

As dívidas acumuladas pelo município, foram tão preocupantes, que mereceram destaque na edição nº 250 do referido jornal:

Dívidas Acumuladas do Município de São Gonçalo até Janeiro de 1936

Dívida Ativa: 470:541\$800

Dívida Passiva: 115:975\$690

Fonte: Secretaria de Fazenda

Mesmo enfrentando todos estes problemas, o caso das dívidas e arrecadações municipais foi posto em segundo plano pela imprensa, após a decisão do prefeito de anistiar os contribuintes.

O destaque passou a ser a campanha eleitoral e a candidatura de Pimenta Velloso ao cargo de prefeito:

“Obra de pacificação da política de São Gonçalo.

Uma importante reunião no Palácio do Ingá.

Na reunião entre o Coronel Francisco Lima, dr. Luís Palmier e o governador Protógenes Guimarães, foi ajustada entre aqueles prestigiosos chefes, uma aliança, aliás, há muito esperada de plena cooperação na política local.

Entre outros assuntos, do mais palpitante interesse, foi homologada a candidatura do dr. Rodolpho Pimenta Velloso, ao cargo de prefeito nas próximas eleições municipais.”³⁹

A união em torno do nome de Velloso ao cargo de prefeito, passou a ser o grande destaque na imprensa.

³⁸ Discurso do Major A. P. Costa Santos, Secretário de Fazenda, em reunião na prefeitura. O São Gonçalo, edição nº 263.

³⁹ O São Gonçalo, 29 de março de 1936.

Páginas inteiras de propaganda, reuniões de apoio, discursos a favor da candidatura, comícios nos diversos bairros de São Gonçalo e promessas do candidato, são as prioridades publicadas no jornal O São Gonçalo.

Parecia inclusive, que não havia outro candidato concorrendo ao cargo, tamanha era a certeza dada nos artigos publicados, sobre a vitória de Pimenta Velloso. Do apoio incondicional dado ao candidato e ao governo estadual, é que neste período, houve a junção do Partido Popular Radical com o Partido Progressista, dando origem ao Partido Liberal Fluminense de São Gonçalo.

Este novo partido, teve como líderes os deputados Francisco Lima e Luís Palmier. Cita o jornal:

“Partido Liberal Fluminense de São Gonçalo trata-se da legenda oficial dos partidos que apóiam a política e a administração do governador Protógenes Guimarães.”⁴⁰

Vale ressaltar, que o Capitão Belarmino de Mattos, proprietário do jornal O São Gonçalo, também aderiu ao novo partido, concorrendo na referida eleição ao cargo de vereador, no entanto, não conseguiu sair vitorioso.

Por este motivo, maciças são as propagandas em torno dos candidatos do PLFSG, não dando a imprensa nenhuma notícia sobre o candidato do Partido Liberal Gonçalense, adversário nas eleições municipais.

O candidato do Partido Liberal Gonçalense, foi Manoel Gonçalves Amarantes, português de nascimento e próspero comerciante em São Gonçalo, que já havia exercido antes da Revolução, funções executivas no município (prefeito nomeado em 1911).⁴¹

Neste período de campanha eleitoral, ocupou o cargo de prefeito substituto, Álvaro Moutinho, engenheiro e secretário de obras da prefeitura, que foi indicado ao cargo por Pimenta Velloso, após seu afastamento para concorrer ao cargo de prefeito nas eleições.

“Um alto espírito de justiça assina o digno prefeito em todos os actos que pratica.
A indicação do dr. Álvaro Moitinho, engenheiro que é dos melhores, foi uma acção das mais acertadas.

⁴⁰ O São Gonçalo, 28 de junho de 1936.

⁴¹ Luiz Palmier, *op. cit.*, p. 224.

Em pouco tempo no cargo, tem percorrido todo o município estudando serviços de real importância, fazendo o levantamento de plantas e organizando um plano de acção dos mais fecundos.”⁴²

Apesar da ênfase dada pelo jornal aos trabalhos de Álvaro Moitinho, este pouco realizou, dando prioridades aos trabalhos de urbanização e calçamento do município, iniciados por Pimenta Velloso.

“Activo, perspicaz e inteligente, remodelou numerosas estradas e travessas, corrigiu ruas, aperfeiçoou caminhos e organizou serviços.”⁴³

As eleições municipais de 1936, foram muito concorridas.

Lideranças políticas importantes do município, como Luís Palmier e Francisco Lima, fizeram campanhas maciças em prol da candidatura de Rodolpho Pimenta Velloso, no entanto, o resultado não correspondeu ao desejado e o candidato do Partido Liberal Gonçalense, Manoel G. Amarantes foi quem saiu vitorioso do pleito, como publicou o jornal O São Gonçalo em 09 de agosto de 1936:

Apuração das Eleições em São Gonçalo - 1936		
Prefeito		
Manoel Gonçalves Amarantes	PLG	4.823 votos
Rodolpho Pimenta Velloso	PLFSG	3.571 votos
Vereadores		
PLG	9 eleitos - Líder: dr. Armando Ferreira	
PLFSG	6 eleitos - Líder: Cap. de Corv. Francisco Novaes Castello Branco	
Fonte: Tribunal Eleitoral.		

A administração de Manoel G. Amarantes foi muito tumultuada, pois as brigas na Câmara de Vereadores, entre os líderes da maioria e da minoria, eram frequentes, além

⁴² O São Gonçalo, 31 de maio de 1936.

⁴³ O São Gonçalo, 09 de agosto de 1936.

disso, o apoio dispensado a sua administração foi quase que nenhum, levando o município a passar por agravamentos financeiros e administrativos.

As decisões tomadas em seus primeiros dias no cargo, mereceram destaque na imprensa, que neste momento, passa a ser oposição.

“Em dez dias de governo as críticas já eram muitas, demissões em massa de funcionários públicos municipais, restauração de cargos já extintos em governos passados como: diretor de fazenda, inspetor de fiscalização (considerados pelos antecessores desnecessários devido à precariedade financeira do município).”⁴⁴

Vale ressaltar, que os funcionários demitidos, foram aqueles que se opuseram à candidatura de Manoel Amarantes e o cargo de diretor de fazenda, foi ocupado por Aldo Amarantes, filho do prefeito eleito.

As demissões dos funcionários municipais, geraram brigas na Câmara municipal e na justiça.

“A direção do Partido Liberal Fluminense de São Gonçalo, está resolvida a amparar com o mais decidido patriotismo à causa dos seus correligionários exonerados, sem justa causa pela actual administração municipal.

Para este fim, já foi constituído advogado que patrocinará a causa.”⁴⁵

“Autoridades policiais se achavam apostos na Câmara municipal, que esperavam grandes acontecimentos entre seus membros.”⁴⁶

O jornal O São Gonçalo, como afirmamos anteriormente, passa a fazer oposição ao governo eleito, por isso, pouca ênfase era dada ao governo de Amarantes. Toda notícia com relação a este, era negativa (atos de demissões e procedimentos da Câmara municipal contra solicitações do prefeito).

A Câmara de Vereadores passa a ser o foco das atenções, principalmente as ações tomadas pelo líder da minoria (Partido Liberal Fluminense de São Gonçalo).

⁴⁴ O São Gonçalo, 16 de agosto de 1936.

⁴⁵ O São Gonçalo, 06 de setembro de 1936.

⁴⁶ *Idem, ibidem.*

Todas as vezes que a Câmara era convocada extraordinariamente pelo prefeito, não havia quorum e decisões administrativas ficavam pendentes. Com relação ao caso dos funcionários demitidos, a prefeitura perdeu na justiça e foi obrigada pela mesma a reintegrá-los nos cargos.

“A corte de appellação, pelos votos dos desembargadores, firmou no dia 12 do corrente jurisprudência sobre a debatida questão dos mandatos de segurança, confirmando a magnífica sentença do interino juiz desta comarca, concedendo mandato de segurança aos funcionários demitidos pelo prefeito Coronel Amarantes. Foi incontestavelmente, uma das grandes conquistas dos modestos funcionários municipaes. A estabilidade do funcionalismo é conquista das maiores das Constituições: Federal e Estadual.”⁴⁷

A administração de Amarantes foi bastante tumultuada. Com poucos recursos financeiros e apoio para seus atos, quase nada realizou.

Permaneceu no cargo durante um ano e dois meses.

Em 10 de novembro de 1937, Vargas deu um golpe de estado, instaurando o Estado Novo. Fecham-se os edifícios das Câmaras federal e municipal, além é claro do Senado e a política muda mais uma vez seu rumo.

No “novo” governo, deu posse ao Interventor Estadual Ernani do Amaral Peixoto, que nomeou para o cargo de prefeito interventor de São Gonçalo o Coronel Francisco Lima, figura já conhecida no meio político gonçalense.

Mais uma vez, a política gonçalense muda de mãos, no entanto, pouco se altera na sua ideologia, uma vez que continua a ser comandada por aqueles que detinham o poder econômico e político da região.

⁴⁷ O São Gonçalo, 16 de maio de 1937.

CONCLUSÃO

Procuramos com este trabalho, (re)construir o espaço político da cidade de São Gonçalo, do início dos anos 30, com a Revolução, até 1937, com a instalação do Estado Novo (período este denominado por alguns historiadores como Segunda República).

Percebemos que a mudança na estrutura política do país, prometida com a Revolução, não alterou em nada o comando do poder político já existente em São Gonçalo.

As lideranças políticas que participavam das decisões nos espaços executivo e legislativo da cidade, continuaram ser as mesmas que já o ocupavam no período pré-revolucionário (comerciantes, grandes proprietários, produtores agrícolas, etc... – pessoas que participavam ativamente nas “Associações de Classe”). A única alteração percebida, foi à presença de militares à frente da administração municipal e pessoas indicadas, que pouco conheciam as necessidades do município.

A Revolução definida por Vargas como “*a torrente impetuosa da vontade popular*”⁴⁸, não teve em São Gonçalo esta conotação (assim como, no resto do Brasil), pois a participação popular ficou relegada ao segundo plano, só era lembrada ou requisitada nos momentos de decisões políticas ou nas promessas de campanha eleitoral.

As brigas e acordos políticos realizado entre as lideranças dos principais partidos gonçalense, pretendiam acima de tudo, garantir o controle do poder e vantagens, que sem dúvida seriam de grande importância no setor financeiro, deixando de lado com isto, as amplas propostas discutidas em toda sociedade nos anos 20.

⁴⁸ Getúlio Vargas. A nova política do Brasil, p. 74. *apud*. Edgar Carone, *op. cit.*

Os ideais revolucionários de modernização, urbanização, educação, saúde, pouco foram percebidos pela população, uma vez que ano a ano, administração após administração, a dívida ativa do município crescia consideravelmente.

Acreditamos que as más administrações do município, foram indubitavelmente à causa principal, que levou a atual situação que este se encontra (precariedade no saneamento, crescimento desordenado, precariedade na saúde, transportes, etc.).

Enfim, constatamos com este trabalho que realmente as ações dos membros políticos gonçalense do período de 1930 a 1937, estavam diretamente ligadas ao governo que dirigia a capital do país, assim como, a interesses pessoais daqueles que participavam diretamente do poder e não da população (camadas mais baixas da sociedade). O interesse maior dos dirigentes políticos, percebido com a pesquisa, era manter-se a qualquer custo o controle do poder, tendo como aliado principal a imprensa local.

Analisar minimamente tais objetivos e interesses, é outro ponto que merece aprofundamento, mas que deixaremos para um outro momento de estudo.

FONTES

I. PERIÓDICO:

- A Gazeta (07/07/1929 a 29/12/1932).
- O São Gonçalo (22/01/1931 a 21/11/1937).

II. ARQUIVO:

- Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Atos do Prefeito do Município – 1931/ 1936).

BIBLIOGRAFIA

- BRAGA, Maria Nelma Carvalho. **O Município de São Gonçalo e sua História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Falcão, 1998.
- CARONE, Edgar. **A Segunda República** (1930 – 1937). 2ª ed. São Paulo: Difel, 1974.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: História e Historiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da idade do ouro: As Elites Políticas Fluminenses na Primeira República** (1889 – 1930). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2ª Edição, 1994.
- LESSA, José Luiz Honorato. **Retratos de uma Época: Formação e Industrialização na Região de São Gonçalo** (1892 – 1930). Monografia, UERJ/FFP, 1998.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- PALMIER, Luís. **São Gonçalo – Cinquentenário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.
- PEIXOTO, Dídima de Castro. **História Fluminense**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumak Gráfica e Editora Ltda, s/d.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 41ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- REVISTA DE ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro, vol. I, nº 2, 1988.
- _____. Rio de Janeiro, vol. VI, nº 11, 1993.